



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

1 **Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Pós-Graduação da**
2 **Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.**

3 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, às 11h, reuniu-se,
4 na Sala da Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, a Comissão
5 de Pós-Graduação (CPG) da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da
6 Universidade de São Paulo (FDRP), sob a presidência da Professora Doutora
7 Flavia Trentini e com a presença dos Professores Doutores Fabiana Cristina
8 Severi, Jair Aparecido Cardoso (suplente), Raul Miguel Freitas de Oliveira
9 (suplente) e Sergio Nojiri (suplente), e do Representante Discente, Hugo
10 Rezende Henriques. A Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos,
11 solicitando a inversão dos itens da Ordem do Dia para que o Edital e o
12 Regulamento fossem discutidos ao final, depois dos assuntos mais triviais.

13 Todos concordaram. **Parte I – Expediente: 1. Discussão e votação da ata**
14 **da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Pós-Graduação, realizada em**
15 **9 de dezembro de 2014.** O Representante Discente apontou trechos da ata
16 em que faltou esclarecimento sobre a classificação das revistas indicadas para
17 a publicação de artigos, contando com apoio financeiro da CPG. Também
18 ressaltou que não constou a preferência à publicação de trabalhos em
19 coautoria com os orientandos para a concessão de recurso aos professores do
20 Programa. A Sra. Presidente recomendou a revisão da ata e nova votação,
21 oportunamente. **2. Comunicados da Senhora Presidente:** A Sra. Presidente
22 informou que a reunião do Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) seria no dia
23 seguinte e que participaria como suplente do Prof. Gustavo Assed Ferreira, em



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

24 gozo de férias. Informou que já estavam em tramitação os assuntos do PAE –
25 Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, como a criação da disciplina da
26 Etapa de Preparação Pedagógica (EPP), e que, em breve, seriam
27 encaminhadas as alterações do Regulamento do Programa quanto à admissão
28 de candidatos. Relatou que havia apresentado trabalho no Encontro do
29 CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, no
30 início de novembro, e que também havia participado da reunião de
31 coordenadores juntamente com o Prof. Gustavo. Explicou que havia sido a
32 primeira reunião com o novo comitê de área e que a atual coordenadora,
33 Profa. Claudia Roesler, foi adjunta do Prof. Martonio Mont'Alverne Barreto
34 Lima na gestão anterior. Falou sobre suas impressões e alertou para a
35 importância da participação de professores e alunos, pelo menos uma vez ao
36 ano, nos eventos promovidos pelo Conselho. Disse que haveria o Encontro
37 Nacional em Aracaju, no mês de maio; um Encontro de Internacionalização em
38 Madrid, no mês de julho; e um Congresso em Belo Horizonte. Explicou que
39 seria o último ano com três eventos e comentou, acerca do Encontro Nacional,
40 que mais de três mil trabalhos haviam sido enviados para mil e oitocentos
41 aprovados, além dos coordenadores de programas e de pessoas que
42 participaram sem apresentação de trabalhos. Chamou a atenção para a
43 participação de professores com seus orientandos de mestrado e doutorado de
44 programas de todo o Brasil. Recomendou a participação pela experiência e
45 pelas discussões proporcionadas aos participantes. Informou que muitas
46 mudanças seriam feitas, uma delas quanto à periodicidade da avaliação, que



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

47 passaria a ser quadrienal. Explicou que havia uma proposta inicial de
48 frequência diferenciada para a avaliação, conforme a nota dos programas, mas
49 tal proposta não foi aprovada. Esclareceu que o Programa da FDRP terá mais
50 tempo para sua consolidação e poderá ter uma boa avaliação em 2018.
51 Informou que também estava prevista a requalificação de livros e revistas e
52 que havia uma proposta para que a produção técnica, como entrevistas e
53 elaboração de pareceres, passasse a pontuar, como ocorre com a produção
54 bibliográfica. Informou, ainda, que a coordenadora de área fará visitas a todos
55 os 88 programas do Brasil. Comentou que há um acerto com a CAPES de que
56 a publicação nos anais do CONPEDI equivale ao conceito máximo de capítulo
57 de livro, que vai de L1 a L4. Observou que são os únicos anais pontuados na
58 área do Direito. Por fim, informou que seria feito um estudo para a pontuação
59 de eventos na nova gestão. O Prof. Jair ressaltou a importância de todos
60 concentrarem esforços em prol do Programa e solicitou que seja divulgada a
61 programação dos encontros do CONPEDI. A Sra. Presidente explicou que entre
62 fevereiro e março será divulgada a chamada para o Encontro Nacional em
63 Aracaju, que será a partir de 5 de maio, e que os artigos já deverão estar
64 prontos para submissão. **3. Palavra aos Membros:** A Sra. Presidente abriu a
65 palavra aos membros, mas não houve manifestações, dando-se
66 prosseguimento à reunião. **Parte II – Ordem do Dia: 1. Para referendar**
67 **1.1. Credenciamento do Prof. Assoc. Nuno Manuel Morgadinho dos**
68 **Santos Coelho como responsável pela disciplina DRP6008 – Teoria da**
69 **Decisão Judicial: Aspectos Jurídicos, Políticos e Sociais. Atuais**



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

70 **responsáveis credenciados: Profs. Drs. Cristina Godoy Bernardo de**
71 **Oliveira e Sérgio Nojiri. Aprovação *ad referendum* da CPG em**
72 **18/11/2014, com base no parecer favorável da Profa. Dra. Flavia**
73 **Trentini.** A Sra. Presidente, na qualidade de relatora, explicou que o Prof.
74 Nuno tem artigos e livros ligados ao tema e que seu credenciamento seria
75 importante, pois a Profa. Cristina, que é uma das responsáveis, está afastada
76 para a realização do pós-doutorado. O Prof. Nojiri, como um dos responsáveis
77 pela disciplina, informou que não poderia oferecer turma, pois ofereceria a
78 disciplina obrigatória Teorias da Justiça no próximo semestre. Disse que o
79 Prof. Nuno já havia manifestado interesse em se credenciar e que não via
80 problema, mas indagou se cada um dos três responsáveis credenciados
81 poderia oferecer a disciplina. A Sra. Presidente informou que sim e que o
82 credenciamento estava aguardando a aprovação da Câmara Curricular e do
83 Conselho de Pós-Graduação. Esclareceu que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação
84 tem grande preocupação com alterações em disciplinas e no corpo docente
85 antes da primeira avaliação da CAPES, mas concluiu que a inclusão do Prof.
86 Nuno na disciplina só tem a contribuir. A aprovação foi referendada por
87 unanimidade. **2. Criação de disciplinas e credenciamento dos**
88 **respectivos responsáveis. 2.1. Administração Pública, Direito e**
89 **Desenvolvimento – responsáveis: Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de**
90 **Oliveira e Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos. 2.2. Cidades, Direito e**
91 **Desenvolvimento - responsáveis: Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de**
92 **Oliveira e Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos. 2.3. A Transformação**



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

93 **do Direito do Trabalho na Pós-Modernidade e a Efetivação dos Direitos**
94 **Humanos – responsável: Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso. Relator:**
95 **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira.** A Sra. Presidente explicou que, na
96 ocasião da aprovação do curso, foram necessários alguns ajustes em relação
97 às disciplinas propostas. Algumas foram excluídas e seus responsáveis
98 remanejados para outras que seriam mantidas. No entanto, alguns docentes
99 foram alocados em disciplinas que não tinham relação com suas linhas de
100 pesquisa, como os Profs. Raul e Thiago. No caso específico do Prof. Jair,
101 informou que o docente havia ficado sem disciplina. Alertou para a importância
102 de haver uma estreita ligação das novas disciplinas com a área de
103 concentração e as linhas de pesquisa do Programa. O Prof. Jair observou que a
104 aderência ao Programa deve estar no conteúdo da disciplina e não em seu
105 nome. A Sra. Presidente concordou, mas explicou que, para a avaliação do
106 curso, é importante que, além do conteúdo, o nome e o resumo da disciplina
107 reflitam a aderência ao Programa, pois esses itens é que são analisados pelos
108 avaliadores. Nesse sentido, o Representante Discente indagou se a criação de
109 duas disciplinas com nomes parecidos e tendo os mesmos responsáveis não
110 causaria má impressão, ainda que os objetivos sejam distintos. O Prof. Raul se
111 dispôs a pensar em um novo nome para uma das disciplinas. O Prof. Jair
112 sugeriu que aprovassem condicionalmente. O Prof. Nojiri concluiu que a
113 mudança de apenas um dos nomes evitaria a impressão de que as palavras
114 Direito e Desenvolvimento estivessem sendo usadas com o intuito de facilitar
115 a aprovação das disciplinas. A Sra. Presidente esclareceu que a ligação com o



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

116 desenvolvimento é que deveria estar explícita no título e não,
117 necessariamente, a palavra desenvolvimento. Explicou que a aprovação da
118 disciplina proposta pelo Prof. Jair era praticamente certa. Já nos outros casos
119 não poderia garantir, seria uma tentativa, pois não é bem visto que os
120 programas façam alterações antes da primeira avaliação da CAPES. Em
121 tempo, o Prof. Jair solicitou a alteração do nome de sua disciplina para "A
122 Transformação das Relações de Trabalho na Pós-Modernidade e a Efetivação
123 dos Direitos Humanos" e o Prof. Raul propôs que o nome da disciplina
124 "Cidades, Direito e Desenvolvimento" fosse alterado para "Cidades, Políticas
125 Urbanísticas e Participação Social". A criação das seguintes disciplinas foi
126 aprovada por unanimidade: Administração Pública, Direito e Desenvolvimento,
127 responsáveis: Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de Oliveira e Prof. Dr. Thiago
128 Marrara de Matos; Cidades, Políticas Urbanísticas e Participação Social,
129 responsáveis: Prof. Dr. Raul Miguel Freitas de Oliveira e Prof. Dr. Thiago
130 Marrara de Matos; A Transformação das Relações de Trabalho na Pós-
131 Modernidade e a Efetivação dos Direitos Humanos – responsável: Prof. Dr. Jair
132 Aparecido Cardoso. O Representante Discente aproveitou para comentar que
133 os alunos se queixavam de não haver relação das disciplinas que seriam
134 oferecidas com seus projetos de pesquisa e ressaltou que esse aspecto
135 precisaria ser mais bem trabalhado com os alunos. A Sra. Presidente recordou
136 que havia falado com os alunos, na reunião de abertura do curso, sobre a
137 possibilidade de cursarem as disciplinas optativas em outros programas da
138 USP, assim como em programas de outras instituições, até o limite de dez



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

139 créditos, conforme prevê o Regulamento. Concluiu que os alunos deveriam
140 procurar conhecer melhor as normativas do Mestrado e os orientadores,
141 incentivar seus orientados a buscar disciplinas correlatas à dissertação em
142 outros programas, até mesmo de forma a fomentar a interdisciplinaridade. **3.**
143 **Transferência de orientador solicitada pelo aluno Vitor Rinaldi de**
144 **Luzia, do Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira (orientação acadêmica)**
145 **para a Profa. Dra. Cynthia Soares Carneiro.** A Sra. Presidente explicou o
146 dispositivo do Regimento de Pós-Graduação que permite a admissão de aluno
147 com orientação acadêmica por até 120 dias, até que o aluno defina seu tema
148 de pesquisa e encontre um orientador definitivo. A transferência foi aprovada
149 por unanimidade. **4. Discussão sobre os critérios e procedimento para**
150 **credenciamento de orientadores específicos.** A Sra. Presidente relatou
151 que o Prof. Caio Gracco Pinheiro Dias havia solicitado esclarecimento sobre o
152 tema, uma vez que o Regulamento do Programa condiciona o credenciamento
153 como orientador pleno a uma orientação específica anterior, além de avaliar a
154 produção científica do docente interessado. Explicou o funcionamento do
155 credenciamento específico e concordou que o Regulamento não está claro.
156 Sugeriu que fosse encaminhada uma consulta sobre os critérios à Pró-Reitoria
157 de Pós-Graduação e à CAPES, bem como que fosse esclarecido se haveria
158 algum problema em credenciar orientadores específicos antes da primeira
159 avaliação do Programa. Desse modo, conhecendo os requisitos e implicações
160 de ter docentes nessa modalidade, o Programa poderá definir melhor os
161 dispositivos do Regulamento. A Profa. Fabiana sugeriu que algum membro da



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

162 CPG fizesse um levantamento sobre as regras de outros programas para a
163 inserção de novos orientadores, pois, com base em tais informações, poderiam
164 reformular adequadamente a normativa. O Prof. Jair concordou e sugeriu que
165 um parecerista fosse nomeado para documentar e esgotar o assunto. O
166 Representante Discente registrou que o critério atual prejudica até mesmo a
167 ideia de impessoalidade do edital do processo seletivo. Os encaminhamentos
168 foram aprovados por unanimidade, incluindo o envio de resposta preliminar ao
169 Prof. Caio, informando sobre as providências tomadas. O Prof. Nojiri se
170 retirou, pois ia participar de uma banca. **5. Aprovação da grade horária de**
171 **disciplinas para o 1º semestre/2015.** A Sra. Presidente salientou que,
172 além das disciplinas oferecidas pelo Programa, os alunos podem cursar
173 optativas em outros programas da USP e de outras universidades. Informou os
174 detalhes de cada disciplina, destacando a abertura de 20 vagas para alunos de
175 graduação na disciplina Modelos e Figuras em Análise Econômica do Direito; o
176 credenciamento do Prof. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho como
177 responsável da disciplina Teoria da Decisão Judicial: Aspectos Jurídicos,
178 Políticos e Sociais, que ainda aguarda a aprovação da Pró-Reitoria de Pós-
179 Graduação; e o oferecimento concentrado da disciplina Diálogos sobre a
180 Docência no Ensino Superior: Teoria e Prática, cujas datas das aulas e
181 docentes convidados ainda seriam definidos para a última semana de maio. O
182 Representante Discente antecipou que os alunos iriam pedir ao Prof. Jonathan
183 para adiantar o início das aulas para as 18:30. Quanto ao critério de
184 credenciamento de colaboradores nas disciplinas, a Sra. Presidente informou



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

185 que seria estabelecido oportunamente, após a deliberação da Pró-Reitoria
186 quanto ao credenciamento do Prof. Nuno como responsável da disciplina e a
187 definição dos colaboradores. Aprovada a proposta de grade para oferecimento
188 das seguintes disciplinas, nos dias e horários indicados pelos respectivos
189 ministrantes: **Modelos e Figuras em Análise Econômica do Direito**,
190 segundas-feiras, das 14h15 às 18h, ministrante Luciano de Camargo
191 Penteado; **Direitos Humanos e Movimentos Sociais**, terças-feiras, das 8h
192 às 12h, ministrante Fabiana Cristina Severi; **Teorias da Justiça**, terças-
193 feiras, das 19h às 22h, ministrante Sérgio Nojiri; **Direitos Socioambientais:**
194 **Desafios ao Ordenamento Jurídico e às Políticas Públicas**, quartas-
195 feiras, das 8h às 12h, ministrante Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua;
196 **Grupos Societários, Concentração Econômica e Responsabilidade**,
197 quartas-feiras, das 14h às 17h, ministrantes Gustavo Saad Diniz e Juliana
198 Oliveira Domingues; **Modernidade, Estado e Sociedade Contemporânea**,
199 quartas-feiras, das 19h30 às 22h30, ministrante Jonathan Hernandez
200 Marcantonio; **Participação Democrática e os Desafios Distributivos do**
201 **Estado Social**, quintas-feiras, das 16h às 20h, ministrante Rubens Beçak;
202 **Extrafiscalidade: Aspectos Jurídicos da Tributação como Instrumento**
203 **para o Desenvolvimento Sócio-Econômico Nacional**, quintas-feiras, das
204 18h30 às 22h30, ministrante Guilherme Adolfo dos Santos Mendes; **Teoria da**
205 **Decisão Judicial: Aspectos Jurídicos, Políticos e Sociais**, 9 e 31 de
206 março, 1º, 13, 14 e 15 de abril, 11 e 12 de maio, 25 e 26 de junho, das 19h
207 às 22h30, ministrante Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho; **Diálogos**



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

208 **sobre a Docência no Ensino Superior: Teoria e Prática (Etapa de**
209 **Preparação Pedagógica - EPP/PAE)**, dias e horários a serem definidos no
210 final do mês de maio, responsáveis Flavia Trentini, Nuno Manuel Morgadinho
211 dos Santos Coelho e convidados a serem definidos. **6. Elaboração do edital**
212 **do processo seletivo 2015 para ingresso no mestrado.** A Profa. Fabiana
213 informou que precisaria se ausentar. Antes de sair, comprometeu-se em
214 apresentar propostas a partir dos livros sugeridos para a prova escrita,
215 considerando a relação destes com a área de concentração e as linhas de
216 pesquisa. Além disso, verificaria o número total de páginas e se os títulos não
217 estão esgotados. A Sra. Presidente recordou a decisão anterior da CPG sobre a
218 aplicação de prova única a todos os candidatos, mas ressaltou que seria
219 necessário garantir uma prova homogênea, abrangendo as duas linhas. Disse
220 que seriam três títulos por linha de pesquisa. Informou que o Ministério
221 Público e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação têm recomendado que as provas de
222 seleção de alunos sejam o mais objetivas possível e que as questões tenham
223 respostas facilmente encontradas nos livros. O Representante Discente
224 solicitou clareza quanto à prova, pois a forma de estudo é diferente em cada
225 tipo de prova. A Sra. Presidente reforçou que o edital deverá informar que a
226 prova conterà cinco questões discursivas e se baseará na bibliografia indicada.
227 Esclareceu que, desta vez, não seriam indicados temas, mas apenas seis
228 livros. O Representante Discente observou que os livros não devem ser
229 específicos de determinadas áreas, se o objetivo for abranger as duas linhas.
230 Depois de discutirem os detalhes sobre alguns dos livros já sugeridos, foi



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

231 aprovada a indicação dos títulos "Por que as nações fracassam", "Estado de
232 Direito e os desafios do desenvolvimento" e "O capital no século XXI" para a
233 linha de pesquisa Desenvolvimento, democracia e instituições. Quanto ao
234 último, foi recomendado que o Prof. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes
235 fosse consultado sobre o foco de abordagem do livro, devendo a Profa.
236 Fabiana ser informada da decisão quanto aos títulos desta linha de pesquisa,
237 para que indique apenas a lista de livros da outra linha. A minuta do edital,
238 preparada a partir da versão utilizada em 2014 e já com algumas atualizações,
239 foi apresentada para a avaliação dos membros. Algumas sugestões foram
240 feitas e incorporadas diretamente à minuta, como: detalhamento quanto ao
241 formato da prova escrita (composta de cinco questões discursivas diretamente
242 relacionadas à bibliografia constante do anexo III); redução da nota da prova
243 escrita para seis, uma vez que a avaliação do projeto passou a ter caráter
244 eliminatório (apenas os cinquenta candidatos que obtiverem as maiores notas
245 serão habilitados para a etapa seguinte); correção sobre o caráter eliminatório
246 do projeto (nota mínima seis na arguição) e classificatório do currículo
247 (somente serão avaliados os currículos dos candidatos aprovados na arguição
248 do projeto). A Sra. Presidente sugeriu que a classificação final fosse feita pela
249 média simples entre o projeto e o currículo, mas informou que seria
250 necessária outra reunião para aprovação do edital final, pois ainda era
251 aguardada a definição de datas e valores para aplicação das provas de idiomas
252 pela FUVEST. Sendo assim, outros itens ficariam para aprovação posterior:
253 inclusão de novos anexos com critérios para avaliação do projeto de pesquisa



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

254 e regras para pontuação do currículo, devendo ser definidos os itens a serem
255 avaliados, os respectivos baremas e a proporção entre as duas fases; critérios
256 de desempate; bibliografia; e indicação de três possíveis orientadores pelos
257 candidatos aprovados. Por fim, a Sra. Presidente sugeriu que não fosse mais
258 aceito o exame de proficiência aplicado para a seleção da Faculdade de Direito
259 e que os exames aplicados para a FDRP fossem válidos durante dois anos.
260 Todos concordaram, sendo recomendado que o documento fosse revisado e
261 encaminhado aos membros da Comissão para aprovação em reunião
262 extraordinária a ser convocada. **7. Proposta de ajuste no Regulamento do**
263 **Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP.** O item foi retirado de
264 pauta, para voltar à discussão após a aprovação final do edital do processo
265 seletivo, de modo que o Regulamento seja devidamente atualizado,
266 principalmente no tocante à admissão de alunos pelo Programa. **8. Liberação**
267 **de apoio financeiro com recursos do Programa. 8.1. Pagamento de**
268 **diárias ao Prof. Dr. Benedito Cerezzo Pereira Filho referentes à**
269 **participação do 1er Congresso Iberoamericano y XXVIII Jornadas**
270 **Argentinas de Filosofia Jurídica y Social, em Buenos Aires - 15 a**
271 **17/10/2014. Relatora: Profa. Dra. Flavia Trentini.** A Sra. Presidente
272 explicou a origem do recurso e a política de concessão. Justificou seu parecer
273 desfavorável em vista de o pedido não atender ao requisito estabelecido na
274 Deliberação da CPG, de que o trabalho seja aceito para apresentação em
275 evento científico com seleção prévia, excluindo-se casos de convites.
276 Esclareceu que o docente não havia aditado a solicitação já apresentada na



COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

277 reunião anterior, por isso seu parecer foi contrário à concessão.
278 Acompanhando o parecer, a Comissão decidiu indeferir o pedido. **8.2. Compra**
279 **de passagens aéreas para docentes convidados, de instituições**
280 **nacionais e estrangeiras, para participação como colaboradores na**
281 **disciplina Teoria da Decisão Judicial: Aspectos Jurídicos, Políticos e**
282 **Sociais, a ser ministrada pelo Prof. Assoc. Nuno Manuel Morgadinho**
283 **dos Santos Coelho, no período de abril a junho/2015. Relatora: Profa.**
284 **Dra. Maria Hemília Fonseca.** Retirado de pauta por não ter sido
285 encaminhado o parecer pela relatora. Nada mais havendo a tratar, a Profa.
286 Dra. Flavia Trentini, Suplente do Presidente da CPG, deu por encerrada a
287 reunião às 13h07, do que, para constar, eu,
288 *Vania C. V. Prudencio* Vania Cristina Vasconcellos Prudencio,
289 Secretária da Comissão de Pós-Graduação, lavrei e digitei esta ata, que será
290 examinada pelos membros presentes à reunião em que for discutida e
291 aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, 9 de dezembro de 2014.